

## COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA – CINDRA.

REQUERIMENTO nº DE 2016 (Do Sr. Angelim)

Requer a realização de Audiência Pública para debater iniciativas necessárias para o avanço da Política Nacional de Economia Solidária.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 24, inciso III e do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário, seja realizada Audiência Pública para debater as iniciativas que se fazem necessárias para o avanço da Política Nacional de Economia Solidária.

Solicito que, quando aprovada, a Audiência Pública seja marcada para o dia 28 de setembro próximo, data em que estarão reunidos em Brasília representantes dos movimentos sociais da Economia Solidária.

Solicito ainda que sejam convidados para compor a mesa como debatedores representantes das seguintes instituições:

- Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Previdência – Secretário Natalino Oldakoski. Esplanada dos Ministérios – bloco F, CEP: 70059-900 – Brasília/DF - Fone: (61) 2031-6000;
- Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Representante: Shirlei Aparecida Almeida Silva. E-mail: sasilva@marista.edu.br;
- Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários UNISOL.
  Presidente, Leonardo Penafiel Pinho. Sítio: http://www.unisolbrasil.org.br;

 União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES. Presidente, Luiz Ademir Possamai. Endereço: SDS - Edifício Conjunto Baracat, nº 27 – Sala 415 | CEP: 70.300-000 -Brasília/DF. Tel: 55 (61) 3323.6609 | e-mail: secretaria@unicafes.org.br.

## **JUSTIFICATIVA**

A economia solidária é praticada por milhões de trabalhadoras e trabalhadores de todos os extratos, incluindo a população mais excluída e vulnerável, organizados de forma coletiva gerindo seu próprio trabalho, lutando pela sua emancipação em milhares de empreendimentos econômicos solidários e garantindo, assim, a reprodução ampliada da vida nos setores populares.

São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental.

Além disso, a economia solidária se expressa em organização e conscientização sobre o consumo responsável, fortalecendo relações entre campo e cidade, entre produtores e consumidores, e permitindo uma ação mais crítica e proativa dos consumidores sobre qualidade de vida, de alimentação e interesse sobre os rumos do desenvolvimento relacionados à atividade econômica.

É um novo jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo, baseado na democracia e na cooperação. É também um jeito de estar no mundo e de consumir produtos locais, saudáveis e que não afetem o meio-ambiente. É um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, para as pessoas, construído pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Por tudo isto, é de fundamental importância que esta Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia possa debater



as iniciativas necessárias para o avanço da Política Nacional de Economia Solidária, tendo em vista as recentes mudanças promovidas na gestão da área no Governo Federal e a dinâmica dos movimentos sociais envolvidos com a Economia Solidária.

Diante do exposto, peço aos nobres pares que apoiem esta iniciativa, que reputo da maior importância para os trabalhos de nossa Comissão.

Sala da Comissão, 03 de agosto de 2016.

Raimundo ANGELIM PT/AC